

REQUERIMENTO      Número      /      (      .ª)

PERGUNTA              Número      /      (      .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O combate às alterações climáticas é atualmente uma preocupação de todos os partidos e naturalmente faz parte da agenda do Governo da República. Infelizmente nem sempre foi assim. O PSD, todavia, tem um passado de que se orgulha nesta matéria onde destaco, em particular, o facto de ter sido um Eurodeputado Português, Jorge Moreira da Silva, o Relator daquele que foi, ao longo de vários anos, o principal Relatório do Parlamento Europeu sobre Alterações Climáticas.

Uma das principais medidas preconizada pelo Governo no Programa Nacional de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas está relacionada com a produção energética e em particular com a redução do recurso a energias não renováveis como o carvão. Neste particular, tem especial destaque a intenção do Governo em encerrar as Centrais Termoelétricas de Sines e Pego.

Neste sentido, o PSD concorda com a visão do Programa Nacional de Acção para Adaptação às Alterações Climáticas e comunga das preocupações ambientais por este endereçadas, entre as quais figura a necessária redução do recurso a energias não renováveis, como o carvão.

Dito isto, acreditamos também que todas as medidas equacionadas para este propósito devem ser necessariamente precedidas de uma ponderação séria, informada e realista de todos os seus verdadeiros efeitos materiais, inclusive dos seus efeitos ambientais e não pretender impor ao país e às populações, em nome de um argumento político ou eleitoralista, sacrifícios e prejuízos que não trazem a devida contrapartida de valor ambiental futuro.

Neste âmbito, gostaríamos de nos referir hoje, especialmente, à intenção do Governo de encerrar as Centrais Termoelétricas de Sines e Pego. O Senhor Ministro anunciou numa conferência em Coimbra que **“A boa notícia é que a Central do Pego vai mesmo encerrar muito pouco depois de 2020. Estamos a trabalhar com o objetivo de, em 2022, essa central já ser encerrada”**, informação confirmada posteriormente na Assembleia da República.

Importa, pois, começar por lembrar QUE:

**Não existe um mercado português de produção de energia eléctrica, existe sim um mercado ibérico integrado – o MIBEL – abastecido por centrais a carvão localizadas dentro e fora da Península Ibérica, assumindo especial importância neste abastecimento as centrais a carvão localizadas em Marrocos, que não respeitam as normas ambientais europeias e, conseqüentemente, têm preços mais competitivos.**

É neste mercado e neste contexto que o valor do eventual encerramento das nossas centrais deve ser ponderado, com critérios de sustentabilidade económica e ambiental.

Actualmente, a Central do PEGO é a central a carvão mais limpa e eficiente a abastecer o MIBEL, sendo mesmo considerada como a central mais “eficiente” da Península Ibérica graças ao investimento de 97 milhões de euros feito em 2009, totalmente privado, que permitiu a esta central reduzir as suas emissões e o seu impacto no ambiente.

Graças ao investimento acima referido, existem hoje estudos técnicos que garantem mais 15 anos de vida útil a esta central em perfeitas condições de segurança. Ou seja, tem hoje condições de eficiência e de proteção ambiental superior à Central de Sines cujo encerramento está previsto pelo governo para 2030.

Assim, a Central do Pego representa não só um grande ativo energético do país, mas também um pilar fundamental da economia do Concelho de Abrantes e do Distrito de Santarém. Emprega cerca de 300 trabalhadores e é um parceiro fundamental para dezenas de empresas da região.

O possível encerramento desta unidade sem qualquer plano alternativo, quer para esta empresa, quer para os seus trabalhadores, seria catastrófico para a região.

Temos, por isso, obrigação de nos questionarmos, Senhor Ministro, se há um verdadeiro valor ambiental em começar por encerrar a unidade do Pego, em detrimento de outras que são mais poluidoras, que dão emprego e pagam impostos em outros países e nem sequer contribuem para baixar o preço da electricidade que consumimos.

Não são conhecidas nenhuma alternativas económicas na região de modo a absorver o impacto negativo que o encerramento desta central produzirá, quer em termos de emprego direto, quer em termos do impacto económico indirecto.

Fazer o anúncio do fecho de uma actividade tão importante no interior do país - sem que sejam apresentados os estudos do impacto ambiental, considerando o mercado Ibérico, o impacto económico no preço da energia e na economia regional e nacional - gera incerteza e insegurança nas populações locais e espelha a orientação propagandística da acção do Governo, em detrimento da defesa das populações locais, da actividade económica no interior do país e do interesse nacional.

De acordo com as regras em vigor e caso a licença de exploração não seja renovada/prolongada para além de 30 de novembro de 2021, a Central deverá apresentar um plano de descomissionamento e desmantelamento com um ano de antecedência, ou seja, no final do próximo ano.

Tendo em conta a realidade atual desta unidade e as necessidades do país, acreditamos que, quer o Governo quer os acionistas da Tejo Energia, não pretendem o mero encerramento da Central do Pego. Das duas uma, ou entendem prolongar a licença de produção para lá de 2021, como aconteceu com Sines, ou encontrar uma alternativa para o Pego como por exemplo o recurso à biomassa.

Recordo que em audição na Comissão Parlamentar de Inquérito às Rendas Excessivas no Sector Energético, a Administradora da Tejo Energia, Beatriz Milne, admitiu o interesse do acionista, caso o governo mantenha a intenção de não renovar a licença, de aproveitar a oportunidade para transformar a central a carvão numa central de biomassa.

Senhor Ministro, os Deputados subscritores desta Pergunta Parlamentar, têm obrigação de se assegurarem junto do Governo que, o eventual encerramento da unidade do Pego foi devidamente considerado em todas as suas vertentes e que, mais do que como uma bandeira política eleitoral a situação desta Central é olhada com critérios de sustentabilidade económica e ambiental.

Face ao exposto e, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm solicitar ao Ministro do Ambiente e da Transição Energética, através de Vossa Excelência, o seguinte:

**1** - Tendo em conta as condições atuais das infraestruturas das termoelétricas que abastecem o MIBEL, o encerramento prioritário da Central do Pego, face a Sines e às demais termoelétricas fornecedoras do MIBEL, teve por base algum estudo ambiental e económico que comprovasse a necessidade do seu encerramento ser feito antes das demais centrais à carvão?

**2**- Qual é o valor projectado para a receita com o ISP e com a taxa de carbono prevista para 2021 que o Estado abdicará com o encerramento da Central do Pego?

**3** – Existe algum plano de redução de impacto social e económico nesta região e, em particular, no Concelho de Abrantes, no caso do fecho da Central?

**4** -Tendo em conta os investimentos realizados na central em 2009, o prolongamento em 15 anos da vida útil desta central termoelétrica e o facto de ser a mais moderna da Península Ibérica, porque não pondera o governo atribuir uma nova licença para lá de 2022 incluindo a possibilidade de utilizar biomassa/resíduos florestais?

Palácio de São Bento, 4 de setembro de 2019

Deputado(a)s

DUARTE MARQUES(PSD)

NUNO SERRA(PSD)